

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGASDepto. de Pesquisas Educacionais
Biblioteca

Jornal

Data

Pág.

Pasta n.º

N.º do recorte

Creches conveniadas

O presidente da Federação de Obras Sociais (FOS), empresário Eduardo de Barros Pimentel, defendeu ontem o programa de creches conveniadas da Prefeitura. Em reunião com representantes de várias entidades assistenciais, Barros Pimentel, também presidente da Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica, disse que as organizações particulares "têm mais condições de manter uma creche, pois realizam trabalhos com maior rentabilidade".

Se Estado falhar, só herança poderá salvar o lar-escola

Em sua visita ontem ao Lar-Escola Francisco de Paula, em Vila Isabel, a Secretária estadual de Promoção Social, Edialeda Nascimento, mostrou a dificuldade de o Estado ajudar imediatamente a instituição, pois os convênios da Feem exigem a internação dos menores e a filosofia do lar-escola, segundo a Superintendente Eneida Ferreira, só permite o semi-internato. Se o Estado não puder ajudar, restará ao lar-escola a expectativa do cumprimento da promessa de um investidor de que deixará sua fortuna em herança para a instituição.

Edialeda e a direção do lar-escola, mantido pela Associação Espírita Francisco de Paula, terão novo encontro para tentar sair do impasse: ou o lar-escola aceita internar os menores da Feem ou a Feem só poderá fazer convênios para atendimento técnico-pedagógico a excepcionais — outro serviço, além da creche, oferecido pelo educandário, que atende, no momento, a 120 crianças carentes, em creche, das 8 às 18h, e a 120 excepcionais.

Através de convênios com a LBA, o lar-escola recebe verba para cem crianças carentes (Cr\$ 4.750 mensais por menor) e para 108 excepcionais (Cr\$ 42 mil por criança). A instituição consegue ainda doações que, segundo Eneida Ferreira, mal dão para completar a folha de pagamento dos 53 funcionários, que atinge Cr\$ 5 milhões.

MUNICIPALIZAÇÃO

Outra possível solução para as dificuldades do lar-escola poderá ser,



A Secretária de Promoção Social, ao centro, brinca com os semi-internos

disse Eneida, a municipalização da obra social, que está sendo estudada pelo Prefeito Jamil Haddad. Eneida explicou que no dia 25 último entregou ao Departamento Jurídico da Prefeitura um protocolo de intenções sugerindo seja o lar-escola transformado em fundação, com um Conselho Deliberativo composto por três representantes da Prefeitura, dois da Associação Espírita Francisco de Paula, um dos funcionários da instituição e um dos pais dos alunos.

Durante a visita, Edialeda percorreu todo o prédio de seis andares, projetado gratuitamente pelo arquiteto Sérgio Bernardes, e que já chegou a abrigar 400 crianças semi-internas. Ela observou que há vários dormitórios desativados e com

infra-estrutura perfeita para internato. Eneida esclareceu, porém, que o internato foge à filosofia do lar-escola, cujo objetivo é também educar a mãe do menor carente, "através de contatos diários com ela".

Quanto à possibilidade de outro tipo de ajuda, só resta mesmo a instituição a promessa de Waldemar Ribeiro, um pequeno industrial que, da década de 60 até hoje acumulou um bilhão de ações de 53 empresas, calculadas no ano passado em Cr\$ 10 bilhões.

— Tivemos de fato a promessa, mas nunca mais ouvimos falar nesse acionista milionário. Ele mora em Paquetá, porém nós jamais conseguimos localizá-lo — disse Eneida Ferreira.

A criação do Conselho da Condição Feminina não se deu do dia para a noite, como um passe de mágica. É, ao contrário, resultado concreto de uma história de lutas das mulheres por uma sociedade mais justa.

As mulheres não permaneceram omissas ou passivas ao longo da história nacional. Na verdade, estudos demonstram que se tratou menos de um silêncio do que da omissão da reconstrução histórica.

AS PRIMEIRAS INICIATIVAS

As mulheres se organizaram em defesa dos direitos dos escravos, integrando o movimento abolicionista: a Sociedade da Libertação (Rio de Janeiro, 1870) e a Sociedade Redentora (São Paulo, 1870) constituem exemplos desta luta.

No começo do século ocorreram manifestações operárias, em consequência do processo de industrialização que utiliza mão-de-obra feminina nas piores condições.

Já em 1919, uma delegação brasileira integrada por Bertha Lutz e Olga de Paiva Meira representa o Brasil no Conselho Feminino Internacional da Organização Internacional do Trabalho — OIT, cuja primeira conferência aprova o princípio do salário igual para trabalho igual.

ODIREITO AO VOTO

A segunda década do século marca o início da organização das mulheres visando o direito ao voto. A Constituição Republicana de 1891 não vetava explicitamente esse direito às mulheres, mas a jurisprudência firmada nos 30 primeiros anos da República impedia o exercício desse direito.

A Liga para a Emancipação Intelectual da Mulher (1919) transforma-se, em 1922, na Federação Brasileira para o Progresso Feminino, dirigida por Bertha Lutz, que objetiva assegurar à mulher os direitos políticos e prepará-la para esse novo papel. Bertha Lutz também funda a Liga Eleitoral Independente, que através de filiais em todo o País reforça a campanha sufragista. O Partido Republicano Feminino (1919), integrado por professoras primárias e profissionais liberais e presidido pela professora Leolinda de Figueiredo Daltro, defende a emancipação feminina e luta contra a discriminação no serviço público.

O direito de votar e ser votado torna-se igual para homens e mulheres no Rio Grande do Norte, em 1927. O Brasil teria que esperar até a Revolução de 30: o Código Eleitoral de 32 e a Constituição de 34 (artigo 108) asseguram, finalmente, esse direito às mulheres.

6

SEMPRE

OS PASSOS SEGUINTE

Depois dessa vitória, as emancipacionistas ampliam sua luta para outras áreas. O Estatuto da Mulher, projeto de lei de Bertha Lutz, aprovado na Câmara Federal, entre outras medidas propõe que a mulher casada, sem renda própria, receba "10% da renda do casal para suas próprias despesas, em atenção aos serviços por ela prestados ao lar".

O golpe de Estado de 1937 significou para o movimento de mulheres no Brasil, assim como para todos os movimentos populares, um período de recesso. Somente em 1942, quando da entrada do País na Segunda Guerra Mundial, as mulheres passam a organizar-se em campanhas em favor do "esforço de guerra". Concomitantemente, a inflação e a carestia dos anos da guerra, a existência do mercado negro e outras ameaças ao consumidor, levaram à constituição de uma Frente Única de Mulheres com representantes de todas as classes sociais.

A luta pela reconquista dos direitos democráticos, no pós-guerra, conta com a participação das mulheres. No Rio de Janeiro, as mulheres fundam, junto à União Nacional dos Estudantes — UNE, o Comitê das Mulheres para Anistia que, uma vez obtida esta, se transforma no Comitê das Mulheres pela Democracia. As Ligas Femininas, com objetivo bem amplo, foram atuantes de 1944 até 1964. Em 1949 é fundada a Federação de Mulheres do Brasil, filiada à Federação Democrática de Mulheres.

Em inícios da década de 60 processa-se uma articulação das forças conservadoras e algumas mulheres organizam-se em torno da defesa

da religião e da família, pretensamente ameaçadas pela política nacional-trabalhista. Estruturam-se o Movimento de Arregimentação Feminina-MAF, a União Cívica Feminina e a Campanha da Mulher pela Democracia-Camde.

RESSURGE A MOBILIZAÇÃO

A rearticulação da sociedade civil é feita lentamente, fundamentada nos trabalhos comunitários e no sindicalismo paralelo. Principalmente nos primeiros, a presença da mulher é decisiva, tendo o respaldo da Igreja Católica.

Quando a ONU batizou 1975 como o Ano Internacional da Mulher, surgiram publicamente os primeiros grupos feministas, em São Paulo e no Rio de Janeiro, transformando as comemorações em um momento de organização das mulheres. A iniciativa da ONU foi particularmente importante para as mulheres brasileiras, por ter protegido o espaço de discussão e organização, numa conjuntura política marcada pelo cerceamento das liberdades democráticas. O grupo de mulheres do Rio de Janeiro, composto principalmente por intelectuais, universitárias e donas-de-casa, que articulou as comemorações do Ano Internacional, em junho de 1975, constituiu o Centro da Mulher Brasileira.

OS MOVIMENTOS EM SÃO PAULO

Em outubro de 75 realizou-se, na Câmara Municipal de São Paulo, o "Encontro para o Diagnóstico da Mulher Paulista", sob o patrocínio do Centro de Informações da ONU e da Cúria Metropolitana, com a participação de representantes dos dois parti-



Rosa Gauditano

DE TODAS AS MULHERES

Dia 4 de abril deste ano foi assinado pelo governador do Estado de São Paulo, sr. Franco Montoro, decreto criando o Conselho da Condição Feminina. Trata-se de fato histórico, pois, pela primeira vez na vida brasileira, a estrutura de Estado abre espaço para que se possa iniciar uma política que enfrente as múltiplas discriminações e desigualdades que envolvem a mulher.

Durante o ano de 1982, no crescente entusiasmo que nos envolvia a reconquista do voto direto para eleições estaduais e municipais (apesar das exceções), recolocava-se a questão da relação Mulher x Poder. O processo eleitoral refletia-se sobre os grupos feministas dividindo-os internamente em função de preferências partidárias ou por adesão a nomes diferentes. Havia as que pensavam não participar da disputa eleitoral mas, na prática, verificou-se que a possibilidade de conquista do poder pela oposição deveria incluir uma representação concreta dos movimentos de mulheres. Definiram-se candidatas potenciais e a disputa de legenda veio constituir um obstáculo capaz de reduzir a já pequena quantidade de postulantes.

Naquele momento político, no âmbito do PMDB, desenvolveu-se um processo mais geral de participação da mulher na elaboração de propostas para um novo governo. Num domingo do mês de março de 1982 cerca de 100 mulheres representantes de diversos diretórios da Capital e do Interior, assim como feministas independentes, reuniram-se para definir como o PMDB e seu candidato a governador deveriam incorporar suas reivindicações. Houve consenso em que se deveria elaborar uma política específica com relação à mulher e para isso formou-se um Grupo de Estudos na sede da rua Madre Teodora, o qual, ao lado de numerosos outros, ali constituiu um local de encontro e debate visando definir propostas. O Grupo de Estudos da Mulher passou a organizar seminários em vários locais da Capital e do Interior e a partir de então estabeleceu-se amplo intercâmbio de proposições.

Na época da Convenção do PMDB realizamos uma pesquisa em que cer-

ca de 500 mulheres disseram quais eram suas prioridades para o programa de governo. Da somatória dos resultados dos seminários, debates, reuniões e da pesquisa elaborou-se uma proposta básica em que se propõe a realização de uma política de profissionalização, emprego e saúde da mulher; uma política quanto a creches; uma política que enfrente a violência específica à qual a mulher é sujeita; e, finalmente, uma política cultural que provoque uma mudança na imagem difundida da mulher nos meios de comunicação, nos livros didáticos e em outros setores, os quais reforçam preconceitos e discriminações contra a mulher.

Uma outra questão profundamente considerada diz respeito à forma política administrativa escolhida: um Conselho. Os movimentos sociais e, entre eles, os movimentos de mulheres querem e devem garantir sua autonomia frente ao Poder. Fazer parte do aparelho de Estado para poder utilizá-lo desde seu interior mas garantir ao mesmo tempo toda a liberdade de crítica é uma questão extremamente complexa. No entanto, esta dificuldade não deve constituir-se num obstáculo que paralise o processo de participação. A forma encontrada para evitar a reprodução de vícios já conhecidos da estrutura tradicional é a de criação de um Conselho que tenha como maioria a representação de parcelas da sociedade civil. O mecanismo de escolha, a forma de fazê-la, a organização, nada está definido, pois se espera que grupos organizados ou feministas independentes se pronunciem a respeito. Como primeiro passo, o sr. governador instituiu um Grupo de Trabalho "ad honorem" para cuidar da organização deste Conselho.

Criado dentro de um partido de oposição, a partir de um grupo de estudos, o Conselho da Condição Feminina pertence agora a todas as mulheres, que poderão e deverão manifestar-se sobre as futuras diretrizes que o mesmo venha a seguir.

Eva Blay
presidenta do
Conselho Estadual
da Condição Feminina



Rosa Gaudiano

O GOVERNO DEMOCRÁTICO E AS MULHERES

Em um governo baseado na participação intensa de todos os setores da população, é fundamental que a mulher — 50% da população — também se integre ao processo de desenvolvimento político, social, econômico e cultural.

De um total de 8,5 milhões de mulheres com mais de 10 anos de idade e residentes no Estado de São Paulo, 1,2 milhão são completamente analfabetas. Desse total de 8,5 milhões de mulheres, apenas 2,5 milhões são economicamente ativas. Sabe-se, por várias pesquisas, que entre as causas desse fato estão: a ausência de qualificação profissional e escolaridade, a sobrecarga com trabalhos domésticos, a falta de creches e o reduzido salário pago pelo trabalho feminino. Quanto a este trabalho, basta dizer que 55% das mulheres ganham até um salário mínimo (isto ocorre com 31% dos homens, segundo dados de 1976).

As precárias condições da mulher na estrutura sócio-econômica do Estado de São Paulo indicam necessidade da criação de um órgão capaz de

propor e coordenar uma política que capacite as mulheres a exercerem plenamente a sua cidadania. Já existem programas governamentais isolados que procuram solucionar certos problemas neste campo. No entanto, a desarticulação e a pequena escala desses programas torna-os dispersivos e inadequados. Por estas razões, foi criado o Conselho da Condição Feminina.

Este Conselho servirá de instrumento para uma política global destinada a eliminar as discriminações que atingem as mulheres.

A criação deste Conselho resulta de uma reivindicação fundamental porque os programas propostos para as áreas específicas podem-se perder na complexidade do aparelho burocrático se não estiverem articulados e constantemente reavaliados. A experiência mostra que muitos programas sociais voltados para a mulher não produzem efeitos por sua implantação restrita e sua ação fragmentada.

Considerando tudo isso, os esforços do Conselho se concentrarão em

quatro temas: trabalho, saúde, creches e proteção contra a violência.

TRABALHO

No que diz respeito à situação da mulher no mercado de trabalho, caracterizada por várias formas de discriminação, é necessário ampliar o emprego feminino e promover o desenvolvimento profissional da mulher.

Para tanto, o Conselho tentará estimular:

1. política de emprego que não discrimine a mulher e aumente seu mercado de trabalho;
2. programas especiais de rápida capacitação profissional (treinamento no emprego) e de reciclagem para mulheres;
3. extensão da rede de equipamentos sociais, garantindo-se melhores condições para incorporação da mulher à força de trabalho;
4. pressionar o governo federal para garantir a fiscalização efetiva da aplicação das leis trabalhistas em todas as atividades onde atuem mulheres; e no plano do Estado, fazer cumprir rigorosamente a legislação nas empresas públicas e de economia mista;

5. atuar junto à bancada de São Paulo no Conselho para obter:

- a) a extensão dos direitos trabalhistas às empregadas domésticas e trabalhadoras do campo;
- b) a correção das distorções existentes na legislação concernente à gestante.

SAÚDE

Existem problemas de saúde que são específicos da mulher, sejam eles ligados à reprodução biológica, sejam relacionados com o trabalho feminino. Por isso os serviços básicos de saúde devem:

1. ser acessíveis a todas as mulheres, independentemente de idade, estado civil e situação previdenciária, devendo contar com ginecologistas e atendimento e prevenção de câncer do aparelho reprodutivo;
2. auxiliar a mulher (e o homem) a conhecer, gostar e cuidar melhor de seu corpo;
3. orientar pais e mães para a educação sexual dos seus filhos;
4. fornecer informações e meios sobre a concepção e contracepção, discutindo as vantagens e desvantagens dos diferentes métodos, mas respei-

tando a liberdade de opção de homens e mulheres;

5. dar atendimento personalizado e integrado para pré-natal, parto e pós-parto.

Foi constituído, na Secretaria da Saúde, um grupo de trabalho para elaborar um Programa de Saúde da Mulher que operacionalize essas diretrizes no âmbito da política estadual de saúde. Participam desse grupo pessoas ligadas ao Conselho.

CRECHES

Equipamentos coletivos de guarda e educação para crianças de 0 a 6 anos, quer nos locais de trabalho, quer nos de moradia, vêm sendo reivindicados em escala crescente por sindicatos e movimentos populares. Este é um direito reconhecido pela legislação trabalhista que, entretanto, vem sendo sistematicamente burlado pelas empresas e ignorado pela fiscalização. Para conseguir um atendimento adequado desta demanda, é preciso elaborar um programa global que combine as soluções já existentes com as novas propostas a serem desenvolvidas. O Conselho não acredita numa solução única para um problema tão complexo e apresenta diretrizes que devem nortear a nova política no setor:

1. os municípios devem assumir a implantação e operação das creches, com o apoio técnico e financeiro do governo estadual;
2. as creches devem atender, prioritariamente, à população trabalhadora e para isto devem ser estabelecidos critérios adequados, tanto para a seleção da clientela quanto para a localização dos equipamentos;
3. devem ser estudadas formas especiais de atendimento para os filhos de trabalhadores rurais, em função do caráter temporário de suas ocupações e da extensão de sua jornada de trabalho;
4. deve-se implantar creches nas empresas públicas e conjuntos habitacionais, e induzir as empresas privadas a cumprirem a legislação existente.

PROTEÇÃO CONTRA A VIOLÊNCIA

As mulheres, além de serem as maiores vítimas da violência generalizada, sofrem a violência dos crimes sexuais. Para interferir neste quadro, o Estado deve:

1. promover a prevenção da violência através de campanhas educativas que valorizem a igualdade entre os sexos e discutam a existência da violência cotidiana contra as mulheres;
2. criar órgãos especializados em assistir às mulheres vítimas de crimes, garantindo o respeito aos seus direitos de cidadãos.

Além dessas quatro áreas, existe uma preocupação de desenvolver um trabalho no campo da educação e cultura. Já existe proposta de convênio com a Fundação do Livro Escolar para implementar as propostas debatidas no amplo fórum realizado sobre a discriminação da mulher no livro didático e contatos preliminares visando uma participação no planejamento das programações desenvolvidas por meios de comunicação de massa.

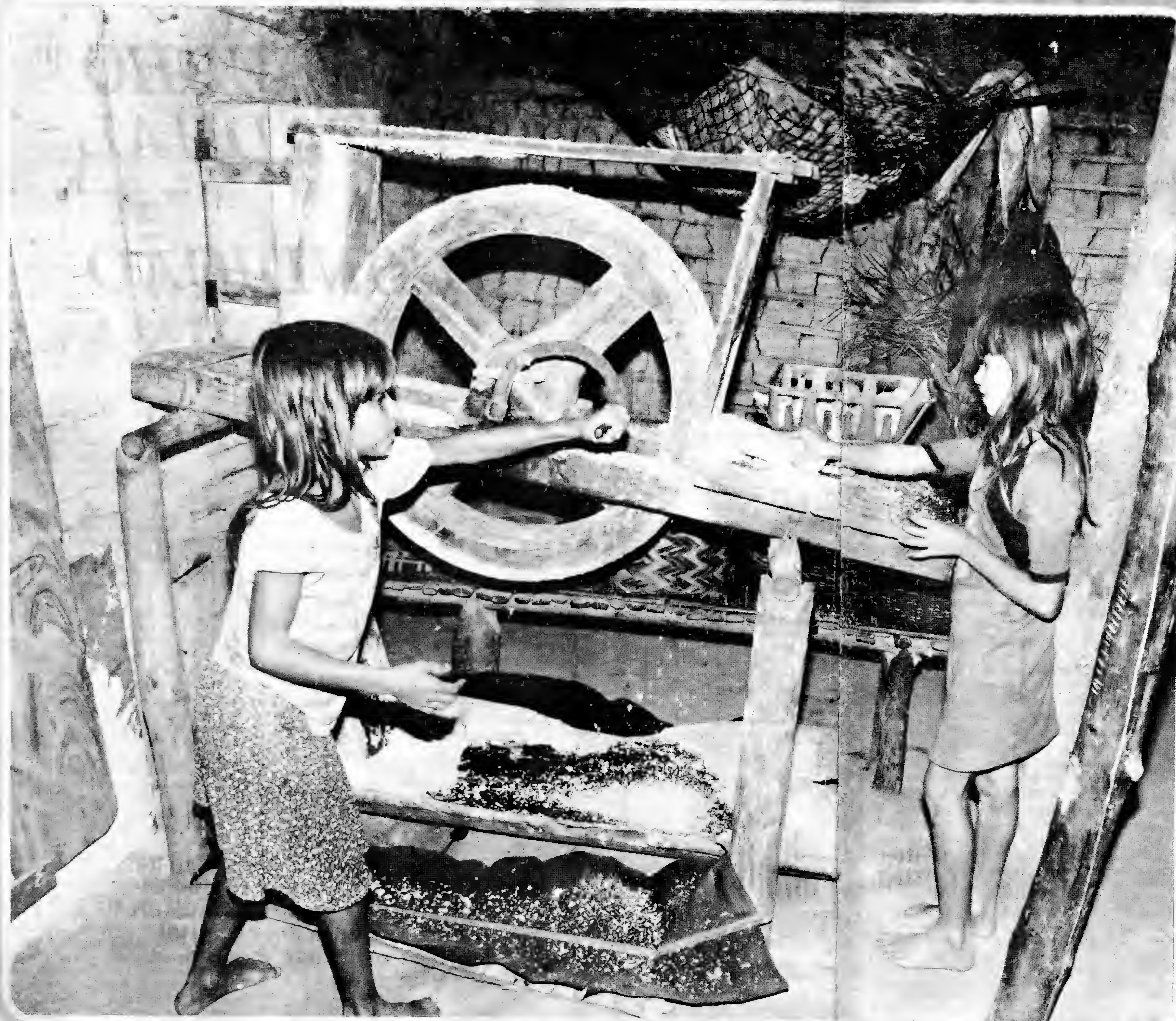


Paulo Pereira Barbosa



Paulo Pereira Barbosa





CONSELHO ESTADUAL DA CONDIÇÃO FEMININA

Hoje, levantar a questão da mulher é um dos caminhos para unir homens e mulheres interessados em construir uma sociedade mais igualitária.

Movimento por creches

F/SP. 13/9/83

quer fim de convênios

Representantes do Movimento de Luta por Creches de moradores da região de Campo Limpo, aproximadamente 30 pessoas, mantiveram, ontem, tumultuada audiência com a secretária da Família e Bem-Estar Social, Marta Terezinha Godinho, na sede do órgão. Reivindicaram a ruptura dos convênios firmados pela Fabes com entidades particulares para a manutenção de creches, denunciando a cobrança de taxas de inscrição e mensalidade em creches indiretas do Jardim Brasil e Imperador e também na direta do Jardim Mitsutani 1.

Durante a reunião, aberta a gritos de "vamos lutar por creches diretas até a morte", a secretária ponderou que os convênios foram firmados com base em contratos estabelecidos por representantes da população e que, devido à falta de verbas, não é possível atender à principal reivindicação. Segundo ela, o problema se agravará no próximo ano, "pois teremos um orçamento menor". Disse ainda que iria apurar as denúncias, caso fossem enviadas por escrito, o que não foi feito pelos reclamantes.

Enquanto Marta Terezinha assegurava que "você tem o hábito de fazer afirmações gratuitas", a representante do Movimento por Creches, Vicentina Saraiva Pessoa, dizia sentir-se "apunhalada por esse governo eleito pelo povo". O presidente da Sociedade Amigos do Jardim Mitsutani 2, Nelson Domiciano Santos, por seu lado, bradava que "a senhora está tratando a população como lixo". Nesse

clima, a reunião terminou sem qualquer solução prática.

Segundo avaliação do Movimento por Creches, a Prefeitura não está assumindo a educação das crianças de 0 a 6 anos. Há muitas incorreções nas creches indiretas e, apesar de garantido contratualmente, a população não obtém espaço para indicar representantes que atuem nas creches indiretas. Essa opinião é defendida pela deputada estadual Irma Passoni, do PT, que presenciou todo o encontro.

Marta Terezinha Godinho, em entrevista após a audiência, não quis revelar as verbas da Fabes para S4. Afirmou que semanalmente recebe o Movimento por Creches e sempre ouve as mesmas denúncias e reclamações que, entretanto, nunca foram provadas. "Já abrimos 9 sindicâncias para apurar irregularidades que eles apontaram, mas nada ficou provado. Por isso é que agora só aceito por escrito, para que eles se responsabilizem, de fato, pelo que dizem."

Neste sentido, a reportagem da "Folha" esteve no Jardim Brasil para conhecer a veracidade das denúncias sobre a cobrança de taxas. Segundo Ana Maria Esteves Fagundes, assistente técnica da Coordenação Regional de Obras de Promoção Humana, que firmou o convênio com a Prefeitura, a creche em questão nem entrou em funcionamento, pois ainda falta ligar água e concluir a rede de esgoto da obra. Ela classificou a denúncia como "um tremendo absurdo".

Creches: tumulto em reunião na Fabes



Manifestação dentro da Secretaria

Representantes do Movimento de Luta por Creches e de moradores da região de Campo Limpo — aproximadamente 30 pessoas — mantiveram, ontem, tumultuada audiência com a secretária da Família e Bem Estar Social, Marta Terezinha Godinho, na sede do órgão. Reivindicaram o rompimento dos convênios firmados pela Fabes com entidades particulares para a manutenção de creches, denunciando a cobrança de taxas de inscrição e mensalidade em creches indiretas do Jardim Brasil e Imperador, e, também, na direta do Jardim Mitsutani 1.

Durante a reunião, aberta aos gritos de “vamos lutar por creches diretas até a morte”, a secretária ponderou que os convênios foram firmados com base em contratos estabelecidos por representantes da população e que, devido à falta de verbas, não é possível atender à principal reivindicação. Segundo ela, o problema se agravará no próximo ano, “pois teremos um orçamento menor.” Disse ainda que iria apurar as denúncias, caso fossem enviadas por escrito, o que não foi feito pelos reclamantes.

Enquanto Marta Terezinha assegurava que “você têm o hábito de fazer afirmações gratuitas”, a representante do Movimento por Creches, Vicentina Saraiva Pessoa, dizia sentir-se “apunhalada por esse governo eleito pelo povo”. O presidente da Sociedade Amigos do Jardim Mitsutani 2, Nelson Domiciano Santos por sua vez, bradava que “a senhora está tratando a população como lixo”. Nesse clima, a reunião terminou sem qualquer solução prática.

F/SA 14/9/73 Feminismo

Obstáculos às "creches diretas"

IREDE CARDOSO

O Movimento de Luta por Creches Diretas de São Paulo passa por momentos difíceis, uma vez que enfrenta um forte adversário na campanha por serviços públicos, gratuitos e leigos, à população. Por incrível que possa parecer, a Igreja Católica, na voz respeitável de D. Luciano Mendes de Almeida, da Pastoral do Menor, vem a público afirmar que não há diferença alguma entre creches diretas e conveniadas. Ora, se pensarmos que a Igreja tem razão, não há porque não entregar também todas as nossas escolas de 1º grau do Município, à Igreja.

A Igreja de São Paulo tem se caracterizado por estar ao lado da população carente, defendendo suas reivindicações por empregos, moradia, hospitais, etc. No caso das creches, observa-se, entretanto, um desvio de seus princípios que tão ardorosamente vêm sendo defendidos pelos seus respeitáveis pastores. Sobretudo não se compreende porque a criança pequena deve ser tratada como um ser que só merece assistencialismo e caridade e por que entidades religiosas ou leigas assumem tranquilamente, prédios construído pela população (com seus dinheiro), equipamentos comprados também com o dinheiro público e alimentação paga pelo cidadão de São Paulo, através de impostos duramente dele descontados, seja direta ou indiretamente. Há uma discussão política por trás disso tudo que merece a reflexão de todos os que têm se dedicado à defesa dos direitos humanos.

Quando se trata dos direitos humanos de bebês, a ideologia antiga do orfanato, da caridade aos pobres parece prevalecer entre todas. Se a Igreja ou outras entidades sentem-se no direito de conveniar creches públicas, ao que tudo indica, perseguem um ideal subvertido do que significa o serviço público. Na realidade, se a Fabes, alegando não dispor de recursos, entrega o que é nosso, contra a vontade das mães, a essas entidades, essas entidades, se acreditarem na falta de recursos, deverão, quando muito doar ser próprios recursos ao poder público em falência. E não o contrário.

Porque, por mais que uma entidade seja bem intencionada, o fato é ela esta usurpando o que de direito pertence à população sacrificada da cidade. Além disso, teremos logo mais "donos" do que é público. Esta cidade através de suas autoridades, decide que o que é público "pertence" ao governo e não ao povo; decide, além disso, que a população não deve ser atendida em suas reivindicações; que ela não tem o direito de fiscalizar o que é dela, de direito e de fato; decide ainda que o "dono-governo" pode alienar, como bem entender bens públicos. E é triste que a Igreja esteja nisso. Acreditamos ainda na ação enérgica de d. Paulo Evaristo Arns, para coibir tais desvios.

Porque Igreja e governo contra o povo, são igrejas e governos falidos. As mães não esquecerão. E as crianças aprenderão com elas que a Democracia será sempre uma dura conquista.

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS

Depto. de Pesquisas Educacionais
Biblioteca

Jornal: *12/11/82 FALDA*Data: *17.09.82*

Pág.

Pasta n.º

N.º do recorte

Maus-tratos em creche: denúncia é refutada

F. Zander 17/9/82
Cerca de 60 mães, que têm seus filhos matriculados na Creche Municipal Jardim Mitsutani I, compareceram à sede da Fabes — Secretaria da Família e Bem-Estar Social para refutar denúncias, feitas por elementos do Movimento de Luta por Creches, de que estariam ocorrendo casos de maus-tratos às crianças que estariam sendo cobradas taxas pelos serviços oferecidos. Elas apresentaram à secretária Marta Teresinha Godinho um abaixo-assinado com 150 assinaturas, onde se declaram satisfeitas com o atendimento oferecido a seus filhos.

Respondendo ao mesmo tipo de acusações, representantes de duas entidades de assistência social que mantêm convênio com a Fabes para manutenção de creches, também declararam que não vêm cobrando qualquer tipo de taxa e que o convênio firmado não permite que isso ocorra.

Essas entidades são a Coordenação Regional de Obras e Promoção Humana, que administra a creche do Jardim Brasil, em Santana, e "A Touca", que acaba de assinar convênio para o funcionamento da creche do Jardim Lusitânia, em Campo Limpo. Prevenindo-se contra possíveis acusações, esta última entidade esclareceu que cobra mensalmente mil cruzeiros para complementar os custos de manutenção de outra creche que admi-



A comissão de mães protestou contra denúncias de cobrança de taxa

nistra naquela região, o que é permitido pelo convênio estabelecido anteriormente com a Fabes.

Contudo, justamente para que não mais

sejam cobradas quaisquer taxas, a secretária Marta Godinho afirmou ter modificado os termos dos convênios recentemente assinados com a Fabes.

Entidades rebatem acusações do Movimento por Creches

Um grupo de mães e diretores de entidades foram ontem à Secretaria da Família e do Bem Estar Social para rebater acusações feitas na semana passada pelo Movimento de Luta por Creches, de que algumas creches estariam cobrando mensalidades e não oferecendo atendimento adequado às crianças. Ainda segundo as mães, as denúncias de que as diretoras estariam impedindo o acesso às dependências dos estabelecimentos não têm qualquer fundamento. A secretária Marta Godinho pediu a todos que fiscalizassem o funcionamento das creches, diretas ou indiretas, levando ao conhecimento do órgão qualquer irregularidade.

A Irmã Maria Arminda, da Coordenação Regional de Obras de Promoção Humana (Croph), que mantém a creche do Jardim Brasil, na Zona Norte, desmentiu que esteja cobrando mensalidades das crianças, mesmo porque a entidade não está em funcionamento e encontra-se em fase final de acabamento — falta a instalação

de água e esgoto. Além disto, o convênio firmado com Fabes proíbe qualquer cobrança. Em moção de protesto, o Croph repudia as declarações da vereadora Ireda Cardoso, classificando-as de "falsas e demagógicas".

Ficp 17/9/83

Também a entidade responsável pela manutenção da creche do Jardim Lusitânia, a "Turma da Touca" desmentiu as acusações feitas, salientando que a cobrança de Cr\$ 1.000 por criança era permitida no antigo convênio firmado. As mães garantiram que os menores estão sendo bem tratados. Um grupo de mulheres, todas com filhos na creche direta do Jardim Mitsutani, disse que nunca pegou nada, como afirma o Movimento de Luta por Creches, que sempre teve acesso às dependências do órgão e defendeu a diretora do estabelecimento. Um abaixo-assinado contra as informações veiculadas pela imprensa foi encaminhado por Maria Auxiliadora Agostinho à secretária da Família.

Movimento não aceita creches indiretas e faz acusações

Ao assinar convênios com entidades particulares para a administração de creches, a Secretaria da Família e do Bem-Estar Social (Fabes) provocou forte reação no Movimento de Luta por Creches e reacendeu velha polêmica: estabelecimentos controlados por terceiros, ou indiretos, estão aptos a prestar serviço semelhante aos diretos, dirigidos pela Prefeitura? No meio da discussão, perplexa e sem saber direito a diferença entre um e outro, permanece parte das mães de periferia.

É uma questão com várias faces: mães, entidades conveniadas, Fabes, membros do movimento. Pairando sobre todos, existe um emaranhado de denúncias, alternadamente confirmadas pelos acusadores e negadas pelo alvo. As principais: cobrança de mensalidades e taxas de inscrição em creches indiretas e contratação de funcionários alheios ao bairro.

"As acusações partiram de representantes do Movimento de Luta por Creches que não estão interessadas em vê-las funcionando. São impropriedades. As conveniadas não estão exigindo taxas e nem irão cobrar mensalidades. A gratuidade é exigência contratual", assegura Miriam Gomes, assessora técnica da Fabes.

Somente nesta semana, quatro casos foram levantados: cobrança de taxa de inscrição na creche indireta do Jardim Brasil, exigência de mensalidades no Jardim Imperador e na direta do Jardim Mitsutani 1; e inscrição irregular de funcionários no estabelecimento de Vila Maria Alta, a "creche da Biquinha", a ser administrado pelo Centro Social Leão 13 que refutou as críticas.

Lurdes de Andrade afirma ter recebido um telefonema de uma mãe queixando-se da taxa de inscrição de Cr\$ 5 mil cobrada pela Coordenação Regional de Obras da Promoção Humana, administradora da creche do

Jardim Brasil. Ana Maria Esteves Fagundes, assistente da entidade, negou tal fato: "Temos um nome a zelar, jamais faríamos isso. É um absurdo dizerem essa mentira."

Tão indignada quanto Ana Fagundes. Amélia Falsetti, diretora da Creche Municipal do Jardim Mitsutani 1 (direta), defendeu-se da acusação de estar cobrando mensalidades: "É um problema partidário. É o pessoal do PT que está fazendo isso, boicotando nosso trabalho. Falta seriedade ao movimento. Jamais cobramos coisa alguma aqui. Pelo amor de Deus, pergunte às mães..."

Antes de entrar em contato com Amélia, a reportagem da "Folha" já havia entrevistado diversas mulheres em frente à creche, sem identificar-se. Nenhuma confirmou a denúncia: "A gente não paga nada e o tratamento é ótimo. Meu filho entrou aqui com 3 meses. Agora tem três anos", disse Maria Auxiliadora Agostinho.

No Jardim Imperador, zona Leste, as denúncias atingiram contornos mais definidos. A creche ainda não começou a operar (das onze conveniadas em setembro, apenas a do Jardim Mitsutani está funcionando e, mesmo assim, parcialmente) mas, de acordo com moradoras da favela do Tanque, está sendo exigido pagamento em mantimentos a partir do momento da abertura do estabelecimento. "Irmã Celina fez duas reuniões com a gente. E, quando a creche abrisse, era para cada mãe levar uma coisa: papel higiênico, sabonete, massa de tomate, tudo de mil cruzeiros para baixo", afirmou Lurdes Vieira da Silva, moradora no barraco n.º 9 da favela do Tanque.

Irmã Celina, designada pelo Centro Social Nossa Senhora do Bom Parto para fazer reuniões com a comunidade visando à abertura da creche, taxou as acusações de "mentirosas" e disse que as inscrições não estão abertas.

Brizola promete a 240 crianças que Lar Escola da Vila não vai fechar

A escola não vai fechar, prometeu o Governador Leonel Brizola, às 240 crianças do Lar Escola São Francisco de Paula, em Vila Isabel, que está em péssimas condições financeiras. A escola, que tem mais de 50 anos, é mantida através de donativos e convênios com a LBA e atende a crianças faveladas e a excepcionais. *J. M. 27/9/83*

— Esta é uma situação muito especial. Vamos reassimilar o estabelecimento e integrá-lo na rede pública. Aqui as crianças comem, estudam, passam o dia e recebem assistência médica e dentária. Faz parte do nosso plano de estabelecimentos integrados, é nossa prioridade. Não deixaremos que fechem as portas — disse o Governador.

Promessa

Aos gritos de Tio Brizola e Tio Jamil, o Governador e o Prefeito foram recebidos, ontem pela manhã pelas crianças do Lar Escola São Francisco de Paula, na Rua Correia de Oliveira, em Vila Isabel. Com um déficit mensal de Cr\$ 1 milhão e de Cr\$ 6 milhões com o INPS, a superintendente Eneida Freire só encontrou uma solução: apelar para o Estado.

Há um mês, o Prefeito Jamil Haddad tomou conhecimento da situação e providenciou merenda para as crianças. Ontem, ele voltou à Escola com o Governador e os dois visitaram os seis andares do prédio (dois estão desativados), onde funcionam uma creche, refeitórios, dormitórios, oficinas para educação especial e salas para terapia dos excepcionais.

Fundada em 1932, hoje com 240 crianças (houve época em que havia 400), 120 normais e 120 excepcionais, que recebem tratamento especializado, programa de alfabetização e permanecem semi-internadas na Creche Pintinho de Ouro, o Lar Escola São Francisco de Paula, uma instituição espírita, filantrópica e de utilidade pública de quase meio século de existência, não tem como pagar suas dívidas. "Deste modo, só o Governador pode ajudar e salvar crianças carentes dos morros do Macaco, do Borel, do Pau da Bandeira. Confiamos nele e na sua promessa", disse Eneida Freire.

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS

Depto. de Pesquisas Educacionais
Biblioteca

Jornal: *folha de São Paulo*Data: *06/10/83*

Pág.

Pasta n.º

N.º do recorte

Barro de dados 6/10/83 Mais uma creche perto do fim

A creche Municipal do Jardim Vila Carrão ficou três dias sem funcionar por não ter arroz para a merenda das crianças lá matriculadas, e as creches do Jardim Roseli e de Vila Flávia vêm dispensando diariamente dezenas de crianças por não terem funcionários suficientes para atendê-las. "Muitas vezes já aconteceu de só haver duas pajens para atender a até 56 crianças na Vila Flávia e a Secretária da Família e Bem-Estar não toma qualquer providência", acusou Vicentina Pessoa, do movimento para a criação de creches em São Mateus, na zona Leste de São Paulo.

Ontem, cerca de 50 pessoas participaram de uma manifestação de protesto na creche de Vila Flávia, exigindo a contratação de mais funcionários para o estabelecimento que, ontem mesmo, foi obrigado a recusar 16 crianças no berçário porque não havia ninguém para cuidar delas. O problema é reconhecido pelo auxiliar da diretoria da creche, José Reinaldo Pereira, que explicou serem "graves" as consequências do não atendimento aos menores: "Muitas mães já foram demitidas de seus empregos por terem sido obrigadas a ficar com seus filhos quando a creche não os pôde receber".

Atualmente, a creche de Vila Flávia atende a 129 crianças, mas tem uma demanda reprimida de 1.100 garotos moradores nos bairros. Algumas famílias do bairro contam com uma vaga para seus filhos para aumentarem sua renda; este é o caso de Maria Idália Pereira Nascimento que, com apenas 26 anos, tem seis filhos. "Três dos meus filhos já estão em uma creche, mas precisaria de mais duas vagas para conseguir algum emprego. Se isso não acontecer, serei obrigada a ficar com todas as crianças em casa, pois as creches não admitem ficar com os filhos de mães que não trabalham", explicou Maria Idália.

Além da falta de funcionários, as creches municipais da zona Leste vêm enfrentando dificuldades no abastecimento de gêneros alimentícios. Na Vila Flávia, por exemplo, faltam calças plásticas, fraldas, sabonetes, lâmpadas e o fornecimento de legumes, sal, macarrão e leite é insuficiente. Vicentina Pessoa, do movimento de creches, afirmou que a cada semana vem sendo diminuída a quantidade de legumes e de material de higiene, "o que faz temer um surto de doenças entre as crianças".

As próprias empregadas nesta creche já se dizem à beira da exaustão pelo grande volume de trabalho a que estão sendo submetidas, colocando em risco, inclusive, a segurança das crianças. Há poucos dias, por exemplo, dois garotos menores de dois anos tiveram suas unhas esmagadas na porta de uma das salas quando foram deixados sozinhos no cômodo. A pajem que cuidava deles, Miriam da Silva Bentes, explicou que nesse dia estava sozinha com 20 garotos entre um ano e sete meses e dois anos e meio, e foi obrigada a fechar a porta com 19 deles no quarto para levar um ao banheiro: "Os garotos maiores já sabem, no entanto, abrir a porta e acabaram batendo-a, ferindo os dedos das crianças".

Miriam já foi obrigada a ficar sozinha com 38 crianças durante seis horas e, segundo disse, todos os dias que volta para casa sonha a noite inteira com garotos pulando e gritando. O seu cansaço é explicável quando se sabe que o indicado, pela própria Secretária, é de uma pajem para cada seis crianças. O cansaço atinge também a diretora da Creche, Nádia Silva, que além de suas atividades administrativas é obrigada a ajudar as cozinheiras, que não têm ajudantes, a fazer a merenda das crianças.

Creche ameaça romper convênio com a Fabes

O Centro Comunitário e Creche Rio Pequeno, que atende 250 crianças carentes da região do Rio Pequeno, no Butantã, pode encerrar suas atividades a qualquer momento: a atual diretoria não concorda com as exigências feitas pelas assistentes sociais da Secretaria da Família e Bem-Estar Social (Fabes) para a renovação do convênio, mantido há quase 10 anos, podendo rompê-lo, caso não entrem num acordo.

A creche funciona há mais de 17 anos no local e é considerada uma das mais bem equipadas, contando até com uma "vaca mecânica" (maquinário utilizado para fabricação de leite de soja) que produz 300 litros de leite por semana e uma oficina onde são confeccionadas roupas para butiques e empresas. A venda do produto dessa oficina é responsável por 50% dos gastos da creche e do centro comunitário. O restante é pago com convênio entre a Fabes, Febem e ainda uma pequena contribuição de Cr\$ 7 mil mensais à entidade.

O problema com a Fabes começou na atual administração, quando o pessoal técnico passou a exigir uma série de requisitos considerados desnecessários pela diretoria. Segundo a presidente da entidade, Blandina Meirelles, a Fabes chegou ao absurdo de pedir que a sala de percepção fosse forrada com pedaços de veludos, seda e outros tecidos para que as crianças pudessem ter noção daquilo que estão pegando. "Como se na favela onde eles moram tivesse alguns desses tecidos para que toquem", disse.

Outra exigência para manutenção do convênio, é que a diretoria da creche coloque mais dois espelhos, do chão ao teto, no berçário. A creche tem apenas um desses espelhos, exatamente por recomendação de especialistas que dizem ser o número ideal para as crianças aprenderem, junto com as monitoras, hábitos de higiene. A Fabes ainda exige mais banheiros, mais pajens (e que elas trabalhem apenas seis horas/dia, ao invés das oito). Atualmente, segundo a diretoria, a creche Rio Pequeno tem 12 pajens para atender

130 crianças, enquanto as creches da Prefeitura têm 34 pajens para cuidar de 118 crianças.

De acordo com as integrantes da diretoria, a Prefeitura gasta, em suas creches diretas, Cr\$ 55 mil per capita mensais. No entanto, às conveniadas paga apenas Cr\$ 15 mil per capita, "e ainda fazem uma série de exigências absurdas".

Dona Blandina Meirelles disse estar magoada com a atitude das assistentes sociais, pois chegaram até mesmo a propor uma fiscalização mensal, com modificações na programação de atendimento às crianças. Diante de tantas controvérsias, ela propôs que a "Folha" realize um amplo debate com a participação de psicólogos, assistentes sociais e outros técnicos de creches municipais e particulares, para que se chegue a um consenso quanto ao tipo de atendimento.

Além da creche, o Centro Comunitário ainda mantém um programa para adultos nos fins de semana, com auditório aberto à comunidade e ainda atende a 40 crianças inscritas na Osem, um programa municipal que cuida das crianças de 7 a 12 anos depois que saem da escola, fornecendo merenda e atividades sócio-culturais.

"O médico vem duas vezes por semana ao consultório da creche e uma vez por semana um dentista cuida de todos aqui dentro, em consultórios montados de acordo com a mais avançada tecnologia. Por isso, costumo dizer que médico, dentista, alimentação e carinho não faltam para nossas crianças", diz dona Blandina.

A diretoria de uma das creches mais bem montadas, que emprega 30 funcionários para cuidar das crianças e mais 10 na oficina de costura, afirma não estar contra o controle municipal sobre as creches particulares. Apenas não admite que a Prefeitura intervenha em coisas inúteis, quando existe tantos problemas para serem resolvidos, e uma demanda de vagas em creches da ordem de 150 mil crianças.

Fabes pode rever critérios F/SP 7/10/92 nos convênios com creches

A Secretaria da Família e Bem-Estar Social (Fabes) poderá fazer uma revisão nos critérios usados para os convênios com creches particulares. A afirmação é do chefe de gabinete da Fabes, Décio Moreira, a propósito das informações publicadas, ontem, pela "Folha", de que o Centro Comunitário e Creche Rio Pequeno poderá encerrar suas atividades por não concordar com as exigências feitas pela secretaria para renovação do convênio.

Assistentes sociais da Fabes, no Butantã, exigem, segundo Blandina Meirelles, presidente da creche, a instalação de mais banheiros e espelhos, salas de percepção forradas com tiras de seda, veludos e outros tecidos, além de quererem reduzir a jornada de trabalho das pajens de 8 para 6 horas diárias.

Moreira qualificou de absurdas essas exigências para a renovação do convênio. Na sua opinião, os parâmetros fixados para tais convênios devem ser maleáveis, numa época em que existe elevado número de crianças à espera de vagas em creches.

Para o chefe de gabinete, as exigências para continuar com o convênio demonstram um elitismo por parte das assistentes sociais, que não querem enxergar a realidade. "Por isso, acredito que os critérios devam ser revisados", finalizou.

O Centro Comunitário e Creche Rio Pequeno funciona há mais de 17 anos no bairro, num terreno cedido em comodato pelo Estado. Atende a 250 crianças, dos quais 170 na creche e o restante no berçário. Além disso, tem 44 menores de 7 a 12 anos inscritos num programa municipal para atendimento de escolares, que saem direto de seus colégios para participar das atividades e da merenda distribuída no Centro Comunitário.

Atualmente a entidade se mantém com a venda de roupas, confeccionadas no próprio local, para butiques e empresas e com convênios entre Prefeitura e Estado. Segundo a presidente da entidade, Blandina Meirelles, a oficina arca com 50% dos gastos, que mensalmente atingem Cr\$ 5 milhões. O restante vem desses convênios.

CRECHE

UM DIREITO E UM DEVER

Creche será objeto de debate aberto no próximo dia 11, terça-feira, às 20 horas, no auditório do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da UFRJ, no campus da Praia Vermelha (Av. Pasteur, 250 fundos), dentro da programação do Projeto Participação — ciclo de debates promovido pela iniciativa conjunta da Universidade Federal do Rio de Janeiro e JORNAL DO BRASIL.

Dalva Coutinho Sayeg

A crescente participação da mulher na força de trabalho, quer em função da necessidade premente de contribuir para o orçamento familiar ou em função do reconhecimento de seu papel na construção da sociedade, passou a exigir serviços de cuidados especiais à criança.

Para as mulheres detentoras de emprego com melhor remuneração e dedicação em tempo integral, a sociedade brasileira oferece como alternativa: a utilização de creches particulares ou a entrega de crianças aos cuidados de babás improvisadas, que muitos inconvenientes podem trazer à educação infantil. Esta babá ou empregada, por sua vez, se tem filhos, deixa sua própria prole entregue a terceiros.

Outra opção, mais rara na vida moderna, é deixar as crianças com os avós, com sobrecarga para os que mereciam descanso e com o inevitável choque de gerações.

As comerciárias, industriárias ou servidoras com baixa remuneração, a utilização de quaisquer das opções acima lhes pode consumir grande parte do salário e ainda terá as despesas de condução e alimentação.

Com o desenvolvimento individual e o aumento da participação da mulher na força de trabalho, o assunto foi disciplinado pela legislação trabalhista, visando a preservar a mãe trabalhadora e sua prole: é a licença remunerada para maternidade e o cometimento às empresas, com mais de 30 servidoras entre 16 e 40 anos, do encargo de prover um lugar para as condições de aleitamento materno no 1º ano de vida. Abriu-se a alternativa de que tais condições fossem cumpridas através de creches no próprio local de trabalho ou de creches distritais próximas dos respectivos locais de residência.

Apesar do alto sentido social da legislação e da pujança dos órgãos LBA, Sesi e Sesc, designados como mantenedores das creches distritais pela legislação, inúmeros estabelecimentos regidos pela CLT, com mais de 30 mulheres do grupo etário considerado, vêm funcionando sem que seja sequer questionado o cumprimento das determinações legais.

Outra face do problema, igualmente digna de análise minuciosa, é o fato de que a carência proteica nos primeiros anos de vida se traduz em danos irrecuperáveis ao sistema nervoso que irão fatalmente prejudicar o futuro desempenho intelectual.

Não basta, entretanto, que a criança receba a alimentação adequada, se ela não vier a receber a estimulação psicomotora essencial e indispensável durante os primeiros anos de vida. Quando a mãe deixa seu filho na casa da vizinha, na maioria das vezes, ela está desmamando seu filho precocemente, acarretando as consequências da falta do alimento ideal para o lactente: o leite materno. Ainda que haja substituição com alimentação correta, não há a certeza de que essa criança receberá os devidos cuidados para que se possa vir a se tornar um cidadão produtivo para a Nação.

Terá o Brasil um moderno sistema de educação compensatória capaz de minimizar os efeitos da desatenção nos primeiros anos? Para a infância brasileira é dispensável a existência de creches quer nos estabelecimentos quer próximo às residências?

Queremos neste artigo relatar a experiência pioneira da UFRJ, na implantação de uma creche que pode servir de modelo e de local de treinamento para os encarregados das creches das empresas.

NA Universidade Federal do Rio de Janeiro, o Instituto de Puericultura e Pediatria Marzagão Gesteira, Órgão Suplementar do Centro de Ciências da Saúde, é tradicionalmente dedicado ao ensino, à pesquisa e à assistência à criança. Inaugurado em 1953, seu conjunto arquitetônico, 1º prêmio da 2ª Bienal de São Paulo, compreende 4 blocos. Um deles construído especificamente para atender às necessidades básicas de saúde da criança, em sua faixa etária de maior risco: abaixo de 4 anos. Era a chamada Pupileira, onde a criança permanecia em regime de semi-internato.

Em 1981, foi instalada, nesse bloco, a Creche Universitária da UFRJ, com capacidade para 100 crianças, filhas de professoras, alunas e funcionárias em geral.

A creche universitária é hoje uma realidade, funcionando das 8 às 17 horas. Foram estabelecidas normas e rotinas, implantados canais de comunicação diária creche/família, destacando-se a implantação de um sistema de escala em que a mãe ou pai passa um dia do mês na creche, ocasião para maior intercâmbio de informações e conhecimento prático de um dia de atividade na creche.

Murais na sala de recepção contêm os cardápios diários, fluxos das atividades, gráficos próprios para o seguimento pondo-estatural e inúmeras informações sobre a criança.

Uma creche não é apenas uma unidade de atendimento à criança. Ela representa um centro de ação social que, além de proporcionar o desenvolvimento integral da criança, poderá ser o pólo de convergência para uma atuação multiprofissional por onde passem milhares de estudantes de todas as categorias profissionais afins, constituindo-se em um setor de ensino e pesquisa sobre a saúde. É fundamental que os programas de saúde (Medicina, Enfermagem, Nutrição, Odontologia, Educação Física, Psicologia, Farmácia e outras) incluam estágio numa creche, preferivelmente universitária. Desejável, igualmente, seria que alunos dos cursos de Educação Artística e de Pedagogia, habilitação em Orientação Educacional tivessem a oportunidade de vivenciar o dia-a-dia de uma creche. Ela poderá representar, ainda, um embrião de uma atividade mais social, resultando em instrumento de mudanças de valores em favor da criança.

Embora não se lhe possa atribuir valor igual ao ambiente familiar, ela visa atenuar os efeitos negativos que o afastamento da mãe possa acarretar. Mas, ao mesmo tempo, funciona como elemento enriquecedor para a criança.

Conceitualmente, dedica-se a determinado grupo etário (de 3 meses a 3 anos). As atividades da creche, porém, devem estender-se à família e à comunidade da qual faz parte, num processo contínuo de efetiva interação, com repercussão direta sobre o crescimento e desenvolvimento físico, mental, social, psicomotor e afetivo.

Deve, portanto, desdobrar-se em atividades específicas e ser, para isso, especificamente dotada.

A legislação prevê que as creches sejam as mantidas pelas empresas na proximidade do local de trabalho, sejam as creches distritais, mantidas por convênio, próximas à residência da família, possuam locais previstos para os diferentes grupos de idade: Grupo A (crianças de 3 meses a 1 ano), Grupo B (crianças de 1 a 2 anos) e Grupo C (crianças de 2 a 3 anos). Em tempo parcial ou integral, deverá dispor de uma equipe técnica multiprofissional para supervisão e funcionários habilitados em tempo integral.

ENFATIZA a Coordenação de Proteção Materno-Infantil que "como centro polarizador do interesse e irradiador de ação em favor da infância, a creche não se pode limitar à prestação de serviços diretos a um pequeno grupo. Sua atuação se estende à comunidade e com ela deve entrosar-se numa perspectiva mais ampla e dinâmica". Para isto a creche deverá prever a criação de Círculos de Pais cujas atribuições, entre outras, podem ser: entrosamento com autoridades locais no sentido de apoiar as iniciativas da creche; colaboração na promoção de palestras, festividades, preparo de material, etc.

Ressalta-se, por este breve enfoque, que a creche não deve existir como unidade isolada, independente, mas sim integrada num todo orgânico que lhe permita a consecução dos seus objetivos, numa perspectiva dinâmica e crescente.

Finalmente, queremos assinalar que, do mesmo modo como nenhum país pode prescindir de meios de segurança que lhe resguardecem a soberania, nenhum tem rendimento *per capita* tão elevado que lhe permita dispensar o trabalho das mães de família ou lhes atribuir, com exclusividade, os encargos financeiros da manutenção de creches. A opção é o risco de comprometer o futuro de forma irremediável.

Dalva Coutinho Sayeg é médica, ex-coordenadora da Coordenação Nacional de Proteção Materno-Infantil do Ministério da Saúde. Atualmente é Diretora do Instituto de Puericultura e Pediatria Marzagão Gesteira da UFRJ.

Paulo Freire para crianças

21 ANOS DE PAULO FREIRE

Se fosse possível dar uma forma a um texto, gostaria de poder dar a este relatório, a forma de uma espiral. Penso que seria a mais adequada para exprimir o que vivemos nestes três meses, de envolvimento, nessa paixão de conhecer o mundo.

Durante as primeiras semanas meu objetivo foi organizar juntamente com as crianças, nosso espaço e material. A carteira de cada um, nossos lápis, nossas canetas, o lugar do nosso papel, etc.

Trabalhei também o aspecto individual e sua importância, cada um é um, com seu jeito próprio compondo esse nosso espaço coletivo. "Onde vamos lanchar? Como vamos lanchar? Vai ter toalha? Não vai ter toalha? Tudo foi pensado com cada um, discutido por todos.

Juntamente com a organização dos materiais, iniciei um trabalho de pesquisa do espaço em si — quantas portas tem nossa sala? quantas janelas? Como é o piso? — e da exploração corporal a nível do sentir tacitamente o espaço. Primeiramente andamos descalços pelas duas salas e depois encostados na parede — sentindo-a — ("é fria") como limite da sala. Depois propus que criassem novos jeitos de andar, que em seguida foram inventados.

— Andar de lado, esquerdo e direito

— Andar com partes do corpo roçando pela parede, nariz, cotovelo, etc.

— Andar de quatro

— Arrastar-se pelo chão, de bruços, de costas, etc.

Com estes dois encaminhamentos, fiz questão de salientar que aquele espaço e materiais eram nossos. Que juntos iríamos organizá-los e cuidar da sua manutenção. Pois para que uma criança se aproprie do seu processo de conhecimento, antes de tudo, é necessário que ela se aproprie do espaço, explorando-o, conhecendo-o, transformando-o. Que a responsabilidade em os materiais seja exercida, praticada juntamente com a professora.

Começávamos, assim, a nos organizar para vivermos juntos a contrução gulhosa: — "Agora eu sou do Pré".

Desde o primeiro dia, "fazer a lição na carteira" era grande fascínio de todos. — "Cadê a lição?" — "O Pré não tem lição" — "Você não vai fazer a lição". Para que eles percebessem que a lição é reflexão da prática, que não está alheia às nossas experiências ou na minha cabeça — propus que inventássemos atos, as lições, extrair de que estávamos vivendo na classe.

Deste modo nas primeiras semanas as lições giravam em torno dos caminhos que percorremos pela sala explorando o espaço e os nomes de todos do grupo.

Trabalhei também nesse período a necessidade de uma rotina, com regras estabelecidas por nós, para que assim pudéssemos nos organizar, no nosso trabalho. Combinamos que criamos lição todos os dias depois da roda. De modo que foi festejada em muitos "obas".

Na verdade, o que eles queriam era passar o tempo todo sentados nas carteiras "fazendo lição".

Algumas regras foram estabelecidas, para a atividade da lição: — Só de ouvir disco baixo, trabalhamos ouvindo música em todas as atividades.

— Não falar ao mesmo tempo com a Madalena

— Esperar Madalena quando precisar de ajuda na carteira, etc.

Outro aspecto que exerceu foi o tipo de reflexão que eles fazem através da lição, e a minha, através do meu diário. A importância do reflexo sobre a nossa prática, apropriando-nos um do nosso processo de conhecimento.

Neste período surgiu a gata pela escola, e fomos cuidando dela.

Demos o nome de LALÁ. Foi um dos momentos importantes para o grupo, um elo afetivo, que aglutinou a todos.

Durante esse período no convívio com a Lalá, eu e as crianças trouxemos vários livros sobre gatos. Desde o gato doméstico ao tigre, explorando "a família dos felinos". E foi cuidando da Lalá, descobrindo que ela gostava, e o que a deixava irritada, que surgiu nossa primeira palavra: LALÁ.

Talvez se faça necessário falar aqui, em linhas gerais de como é visto por nós, o processo de alfabetização, propriamente dito.

A meu ver ele não se inicia no Pré, porque o ato de ler não se reduz ao processo de leitura da palavra. A leitura da palavra é um momento fundamental desse processo. Mas a criança já faz várias leituras do mundo que a rodeia, antes do início da leitura da palavra. É através da leitura de indícios, da representação simbólica que a criança escreve o que ela já lê no mundo, de que ela busca conhecer. É da leitura dos Símbolos, que mais tarde ela chega à leitura do SIGNO — da palavra.

Ignorar esse processo anterior à leitura da palavra é conceber o processo de alfabetização como algo mecânico "recheado" de eficientes técnicos e métodos estagnado desenraizado da vida, do mundo. Por isso mesmo "a leitura da palavra dá continuidade à leitura do mundo".

(Paulo Freire: "A importância de ler a palavra". Texto apresentado no congresso sobre leitura na Universidade de Campinas — Novembro 1981). Que já foi anteriormente iniciada. Ele flui desse modo, é na relação dinâmica entre palavra e mundo que a criança pensa sobre seu mundo, e se apropria da sua palavra — do seu processo de alfabetização.

Ao mesmo tempo começávamos nesse período a "criar" taturanas que as crianças pegavam do coqueiro da escola. Nossa criação de taturanas aos poucos foi transformando-se em casulos. Nossos casulos foram postos num aquário grande (cedido pelo Paulo) o que facilitava nossas observações.

E um dia, surpresa e alegria geral: — De um dos casulos, sai uma borboleta!! Uma onda de emoção e satisfação em presenciar essa "Nascimento" tão observado e esperado que fosse (também vivi esse mesmo momento no ano passado) sempre me pega de surpresa, me emociono como da primeira vez).

Toda a transformação foi registrada, através dos desenhos das crianças.

Salientei durante esse processo a importância de nossas observações, de nossos registros, chamando a atenção delas, para o fato de que os cientistas também se utilizam da observação e do registro nas suas pesquisas.

É importante que as crianças percebam que estamos igualmente pesquisando, levantando hipóteses, testando nossas descobertas. E foi com o "nascimento" da nossa borboleta que começamos a estudar: INSETOS. Escrevemos um bilhete aos pais, pedindo material sobre o assunto: "Com este encaminhamento quis entender nosso trabalho até vocês, pois acredito que

esta participação dos pais, integração casa-escola, se dê através da prática diária, do trabalho da criança na escola.

Fiz questão de perguntar o nome de cada mãe e cada pai, e escrever no bilhete, para marcar bem a existência de vocês. Estranho? Marcar a existência dos pais na escola? Talvez não, creio que a escola muitas vezes, mesmo querendo trabalhar conjuntamente com os pais, se flagra por exemplo, mandando bilhetes impessoais, como se os pais fossem uma massa uniforme chamada: Pais".

No dia seguinte, mãos carregadas e um sorriso orgulhoso em trazer os livros que o pai ou a mãe mandou: — "Eu trouxe Madalena!" — Olha o que minha mãe mandou!" — "Esse aqui foi meu pai!"

Para iniciarmos nossos estudos sobre insetos, primeiramente eu estudava, adequava a linguagem, selecionava algum ponto e desenvolvia de maneira organizada às crianças. Salientei, durante esse período que eu necessitava estudar antes sobre insetos pois eu não sabia. Alguns comentários. "Você não sabe? Mas você já saiu da escola..." — Eu já saí da escola, mas eu ainda não sei de muitas coisas. No ano passado, por exemplo..." E contei tudo que estudei juntamente com as crianças e o que aprendi. Quis deste modo explicar o ato de estudar como algo permanente inesgotável — que mesmo sendo professora que já saiu da escola, não sei de muitas coisas, que o estudo anda conjuntamente com a prática, que sempre de algum modo não sabemos, temos algo a descobrir. O estudar como resposta às nossas dúvidas, como clarificação dos nossos interesses, das nossas dúvidas, como clarificação dos nossos interesses, das nossas curiosidades, como aprofundamento das nossas descobertas.

E aos poucos a afirmação espontânea do início foi dando lugar a outro tipo de constatação:

— "Você já saiu da escola, mas continua estudando, de noite, em casa".

— "Madalena eu trouxe uma aranha prá gente estudar... Viu!"

— A gente podia começar a estudar bandeirinhas, todo o dia tem bandeira, na roda!?

E assim, tudo que fomos descobrindo, vamos anotando e afixando na parede — num espaço reservado para nossas descobertas:

— Borboleta fêmea — tem cor escura;

— Borboleta macho — tem cor clara;

— Borboleta põe de 300 a 800 ovos;

— Besouro põe de 60 a 80 ovos;

— Mariposa voa de noite e pousa de asas abertas;

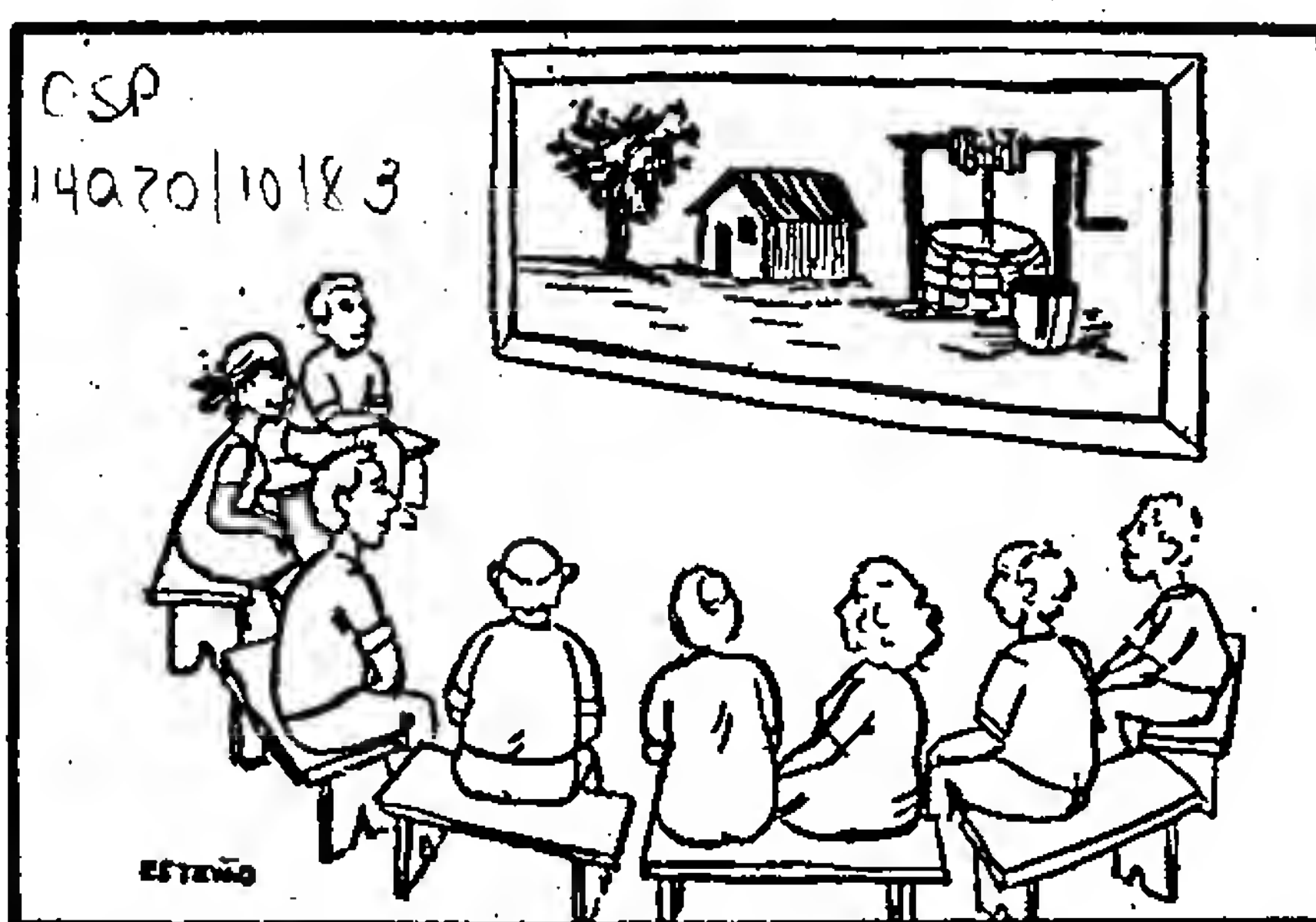
— Borboleta voa de dia e pousa de asas juntas;

— Pernilongo suga o sangue;

— Mosca não suga, etc.

Conversando, combinamos saltar nossa borboleta no parque da escola, e para comemorar seu nascimento e sua liberdade, fazer "uma festa". Fizemos um bolo com a forma de borboleta — cada criança desenhou um pedaço do molde e colorimos com merengue.

E foi com felizes unhas... unhas... que "comemos nossa borboleta" e descobrimos que "ela era borboleta macho", "pois é ama rela clarinha..."



FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS

Depto. de Pesquisas Educacionais
Biblioteca

Jornal Folha de São Paulo
Data 22/10/83
Pág. —

Pasta n.º
N.º do recorte.....

Cei sobre creches

A Comissão Especial de Inquérito sobre o problema das creches na Capital realiza na Câmara Municipal, na segunda-feira, às 14 horas, mais uma sessão, na qual será debatido o tema Qualidade de Atendimento à Criança.

Procedendo, SP
22/10/83